

Editorial

Investir em Educação é a Melhor Alternativa Para Todas as Crises

Há séculos, o desenvolvimento educacional vem se construindo entrelaçado à toda ordem de transformação social. A escola, por sua vez, em alternância aos períodos de crise e/ou de estabilidade, acaba mantendo um funcionamento tal qual uma lente flexível, ora se aproximando, ora se afastando dos elementos que a estruturam. Seja para seu próprio fortalecimento ou apenas para proteção de suas bases estruturantes, superar crises amplia muito seus horizontes e a faz ocupar lugar estratégico, necessário e relevante enquanto instrumento de reconstrução social.

A educação é a resposta mais sólida que uma sociedade pode oferecer às próprias crises. E essa ideia fundamenta a organização desta edição da Diversitas Journal que traz o tema: *Investir em educação é a melhor alternativa para todas as crises*. Se o número anterior da revista examinou a dinâmica da ciência frente aos conflitos da geopolítica mundial, agora o olhar se volta para o fundamento que sustenta qualquer ciência: a educação. Vale reiterar que as crises educacionais atuais não se apresentam de forma isolada, ao contrário: são pandemias que interrompem trajetórias escolares, recessões que comprimem orçamentos públicos, desinformações que corroem debates e instabilidades que desgastam as instituições, sobretudo, as públicas. Essas crises, ao se acumularem, acabam por expor fragilidades construídas há décadas. Assim, o ponto de partida que orienta essa edição, é decifrar como o acesso aos bens culturais e científicos permanece condicionado por determinantes sociais e espaciais.

Toda crise é, em essência, um momento de ruptura que expõe fragilidades antes dissimuladas pelo cotidiano. As respostas emergenciais, necessárias, são por natureza provisórias: transferências de renda, socorro financeiro, contingenciamentos. O que diferencia as sociedades que superam crises das que a elas sucumbem é o estoque de capacidades acumuladas: conhecimento, habilidades, saúde, instituições sólidas. A educação é a forma sistemática pela qual uma sociedade constrói esse estoque. Sem uma base formativa consistente, os esforços imediatos de contenção esgotam sua eficácia nos primeiros sinais de recessão, deixando a coletividade vulnerável a novas oscilações estruturais.

A teoria econômica do capital humano oferece o primeiro argumento, o mais direto. Formar pessoas custa recursos, mas as torna mais produtivas, melhora seu rendimento e sustenta o seu crescimento. O gasto com educação é consumo no curto prazo e investimento no longo prazo: amplia a capacidade de absorver novas tecnologias, de inovar e de gerenciar o próprio desenvolvimento. O progresso técnico, por si só, não rende nada se a capacidade humana de usá-lo não estiver formada. Ao aprimorar as faculdades intelectuais e operacionais dos indivíduos, a instrução formal converte potenciais latentes em instrumentos de superação dos atrasos materiais que limitam a expansão social.

A experiência brasileira confirma esse argumento com dados. Pesquisas empíricas baseadas em pesquisas domiciliares mostram que os retornos da escolaridade se tornam crescentes a partir de aproximadamente cinco anos de estudo; que já o primeiro ano de escolaridade, o da alfabetização, apresenta retorno elevado, e que os ganhos voltam a subir perto da conclusão do ensino médio. Os prêmios salariais se concentram nos ciclos completos de estudo, não nos anos isolados. Assim, concluir uma etapa vale mais do

que acumular fragmentos de escolaridade. Tal constatação reforça a necessidade de assegurar percursos contínuos de aprendizagem que blindem os estudantes contra a evasão escolar e contra a precariedade dos saberes, decorrente de trajetórias educacionais não concluídas.

Nos momentos de aperto fiscal, a educação costuma figurar entre as primeiras áreas a sofrer cortes, e é exatamente o contrário do que a evidência recomenda. A crise financeira internacional do fim da primeira década deste século ilustrou o caminho oposto: a retomada do papel do Estado veio acompanhada de legislação, fundos de manutenção do ensino e ampliação da obrigatoriedade escolar. A educação foi tratada como direito social que não pode ficar ao sabor do mercado, nem ser gerenciada como mercadoria. Contingenciar aportes em períodos de recessão compromete irreversivelmente o futuro das novas gerações, aprofundando o fosso da pobreza e restringindo a margem de manobra para o desenvolvimento socioeconômico.

Investir, porém, não significa apenas gastar mais. Quantidade sem qualidade não gera desenvolvimento. Afinal, mais anos de escola podem não se converter em produtividade se a aprendizagem não ocorrer conjuntamente. Assim, um investimento coerente envolve formação de professores, avaliação permanente e financiamento orientado ao custo aluno-qualidade. A qualidade é a condição para que o gasto se transforme em retorno. Isso requer infraestrutura pedagógica adequada, valorização da carreira docente e práticas curriculares articuladas às demandas do mundo contemporâneo, superando a mera expansão quantitativa de matrículas, muitas vezes desassociadas da eficácia formativa.

Os retornos da educação também não se distribuem de maneira uniforme no território. Por questões próprias, Estados e regiões apresentam padrões distintos de escolaridade e de rendimentos, e as áreas de menor base educacional tendem, por consequência, à estagnação comercial relativa. Em outras palavras, equilibrar o capital humano entre regiões é uma potente estratégia de redução das disparidades, e a interiorização das instituições de ensino também compõe uma parte relevante dessa estratégia. A descentralização de universidades, institutos técnicos e polos formativos atua como importante indutor de arranjos produtivos locais, fixando competências nas regiões periféricas, ampliando a presença de profissionais capacitados nestas áreas, e dessa forma, distribuindo as oportunidades de ascensão material e cultural entre diferentes territórios.

Os benefícios da educação estão para além do indivíduo que se forma. Pessoas mais escolarizadas adotam práticas de prevenção à saúde, participam mais da vida democrática e tendem a investir mais na educação dos filhos. O maior nível de instrução aumenta a expectativa de vida, reduz a pobreza futura e produz resultados diretos, nos rendimentos, e indiretos, na equidade e na justiça social. O ambiente comunitário ganha em coesão e capital social, configurando-se muitas vezes como uma teia de solidariedade e de consciência cívica que acaba por diminuir índices de vulnerabilidade, tornando as redes urbanas e rurais mais resilientes a choques externos de qualquer ordem.

Muitas vezes, é diante das crises concretas que os argumentos apresentados sobre os resultados da educação se tornam evidentes. Pandemias exigem ciência, profissionais qualificados e população capaz de compreender recomendações sanitárias. Crises climáticas exigem consciência ambiental, muitas vezes formada ao longo de gerações. A desinformação, que seja talvez a crise mais silenciosa da atualidade, só

encontra antídoto no pensamento crítico que a escola disponibiliza e cultiva. Uma sociedade efetivamente alfabetizada, sobretudo cientificamente, adapta-se, inova e se reorganiza mais rapidamente diante do imprevisto. Nesses termos, a capacidade de uma reflexão crítica coerente e o conhecimento formal tornam-se a principal linha de defesa contra o possível colapso dos sistemas públicos e o aumento da fragmentação social.

Reconhecer a educação como a melhor alternativa para todas as crises não autoriza, contudo, reduzi-la a um instrumento econômico. As pessoas são os fins últimos do desenvolvimento, não meros meios de produção. A educação é direito social e bem público, e seu valor não se esgota no retorno salarial, mas emancipa, forma para a cidadania e dignifica. É justamente esse caráter próprio que a torna resposta à altura de qualquer crise, inclusive daquelas que não se medem em pontos percentuais. Ao cultivar o senso de justiça, a sensibilidade artística e a autonomia reflexiva, a formação integral capacita o sujeito a questionar os rumos da própria civilização e a propor arranjos institucionais menos excludentes e mais equitativos.

Os artigos reunidos neste volume refletem a diversidade de perspectivas em torno da educação como meio de transformação social. As contribuições dos autores dialogam com diferentes áreas do conhecimento e convidam à reflexão sobre o papel da educação frente às incertezas do presente. A diversidade de temas e a multidisciplinaridade desta edição reafirmam um dos critérios que orientam o Diversitas Journal: a compreensão dos fenômenos educacionais atuais exige um diálogo contínuo entre diferentes campos disciplinares, valorizando abordagens que se apliquem a diferentes grupos sociais e culturais, e que sejam comprometidas com a educação formal do território em que se faz presente. O debate a seguir oferece, portanto, recursos para pensar em saídas coletivas viáveis.

Este número da Diversitas Journal também reafirma o compromisso da revista com a educação pública, de qualidade, democrática e socialmente referenciada e que, além de comprometida com a dignidade humana, promova a justiça social através de práticas de sustentabilidade ambiental, fomentação de diversidade cultural, comunicação social e fortalecimento das instituições educacionais locais.

O objetivo desta edição do Diversitas journal é ampliar o debate sobre as relações entre crise econômica, educação e desenvolvimento social, reunindo estudos que ampliam o debate sobre essas questões, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e o diálogo entre diferentes áreas. Espera-se que as discussões apresentadas fortaleçam o pensamento crítico e incentivem iniciativas comprometidas com a democratização do ensino, a redução das desigualdades e a promoção de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Que as reflexões suscitadas por esta edição ultrapassem o espaço acadêmico e contribuam para aproximar o conhecimento científico das realidades sociais, fortalecendo o diálogo entre pesquisa, sociedade e práticas educacionais.